

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

Folha de S. Paulo

[Título: "O negócio é de 30 anos, o investidor não liga par a eleição](#) 2

Valor Econômico

[Título: Demora na escolha de diretor para a Aneel preocupa setor](#) 6

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: México perde para o pré-sal	2
Título: Em busca de aliados	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	2
Título: "O negócio é de 30 anos, o investidor não liga par a eleição"	2
VEÍCULO: Valor Econômico	6
Título: Demora na escolha de diretor para a Aneel preocupa setor	6
Título: Volta ao passado ou passo para o futuro?	7
Título: Fabricantes apostam na retomada dos leilões	10
Título: Destaques	12
Título: Distribuidora tem semana decisiva no STJ sobre cortes	13
Título: Geradores esperam alta competitividade nos dois certames	15
Título: Curtas	16
Título: Empresas voltam a gastar com cartão-combustível	16

Título: Com BR, semana pode ter maior IPO desde 2013 18

VEÍCULO: O Globo

Seção: Rio / colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: México perde para o pré-sal

Mesmo com toda a crise, o pré-sal é uma das “sete maravilhas do Brasil”. Sexta passada, a Pemex (Petróleos Mexicanos, a Petrobras do México) cancelou uma licitação para exploração de petróleo em águas profundas, alegando que potenciais interessados preferiram investir... nas rodadas de blocos de exploração no Brasil. No início do ano, havia dúvidas se as licitações da ANP seriam capazes de competir com as ofertas feitas após a abertura no México.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia / colunas

Autor: George Vidor

Título: Em busca de aliados

Muitos dos aproveitamentos hídricos que podem abrigar usinas de médio porte para geração de eletricidade estão situados bem próximos ou até dentro de terras indígenas. As empresas que se dispõem a explorar esses aproveitamentos acham que é possível evitar os conflitos que impedem licenciamentos ou a continuidade das obras, posteriormente. Se terras indígenas forem afetadas, as tribos devem ser recompensadas com o pagamento de royalties, calculados de maneira correta. Os índios se tornariam sócios indiretos dos empreendimentos, encontrando assim até uma fonte segura de financiamento de longo prazo para preservar as terras e para manter o seu modo de vida sem serem perturbados por ameaças de invasão.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Colunas

Autor: Maria Cristina Frias

Título: "O negócio é de 30 anos, o investidor não liga para eleição

Mercado Aberto

ENTREVISTA WILSON FERREIRA JUNIOR**PARA PRESIDENTE DA ELETROBRAS, COINCIDÊNCIA DA PRIVATIZAÇÃO COM PERÍODO ELEITORAL NÃO PREJUDICARÁ DESESTATIZAÇÃO**

Uma das maiores operações do gênero na história do país, a privatização da Eletrobras vai ocorrer entre setembro e dezembro de 2018, diz Wilson Ferreira Júnior, presidente da estatal, à coluna. A coincidência com as eleições para presidente no Brasil não prejudicará a atratividade da emissão de ações, afirma.

“Nem investidores estrangeiros, nem brasileiros veem problema. Se tem uma oportunidade em um negócio de 30 anos, não tem nada a ver com eleição. Não tenho dúvida de que há interesse, porque são as últimas [usinas] no país. Depois delas, o mapa fica quase completo.”

A privatização encontra resistência na Câmara e no Senado, inclusive de membros da base do governo.

“Se ela não ocorrer, vende-se usina a usina. A Eletrobras ficaria com todos os custos e perderia a capacidade instalada de 14 mil megawatt-hora (MWh), uma Itaipu. A Eletrobras aguenta? Duvido.”

A troca de mãos da empresa será feita por aumento de capital. O governo não colocará recursos, sua fatia na companhia diminuirá, e ele perderá o controle societário.

A União terá uma “golden share”, que lhe dará o voto decisivo em temas estratégicos. A desestatização vai incluir Chesf e Furnas, frisa.

O projeto de lei será encaminhado na semana que vem, diz. “Essa é a agenda do **ministro [fernando coelho filho, das Minas e Energia.]** ★

Folha - Quanto a privatização vai levantar?

Wilson Ferreira Jr. - O valor vai depender das condições que vão colocar para as cotas. O que o governo colocou no Orçamento, e não é necessariamente só a desestatização, foram R\$ 12 bilhões. Aí pode ter a perspectiva de que outras usinas que vão vencer lá na frente, por exemplo, Tucuruí, possam também ser antecipadas, mas é mera especulação. Não posso saber disso. Vou ser quem, ao preço que eles derem, terá de calcular se ele será bom ou não para a companhia.

Como o meu “equity” [ativo] é a descotização, eu vou pagar para ter um direito, e quem vai ceder esse direito é o governo, que não vota na assembleia. Se eu colocar R\$ 200 [MWh], vou ter de vender acima disso. Duvido, deve colocar mais baixo...

Quanto?

Não sei, R\$ 150, R\$ 140, mais baixo, que seja factível colocar no mercado livre, em condições de satisfazer o negócio e não aumentar a tarifa.

Qual será o ritmo da descotização de 14 das hidrelétricas?

Haverá, provavelmente, um prazo para descotizar, já ouvi de três a cinco anos. Se tirar de uma hora para outra todas as cotas, não será bom para o mercado. Hoje há nas distribuidoras alguma sobre-contratação. Então, fazendo a um ritmo ponderado, permitirá que elas se beneficiem porque vão reduzir a sua sobrecontratação [há uma compra de cotas obrigatória, para garantir que haja energia para atender ao mercado, com alguma reserva].

Quando no segundo semestre vai ocorrer a operação?

Emissão é feita não quando você quer, mas quando quer quem compra. Será feita numa janela dos investidores no segundo semestre, na volta das férias americanas. Entre setembro e dezembro...

Época de eleição não preocupa o investidor externo?

Nem o estrangeiro e nem o brasileiro. Se tem uma oportunidade de um negócio em uma companhia, não tem nada a ver com eleição.

Mas podem querer alegar insegurança para baixar preço?

O negócio de infraestrutura é de 30 anos. Não tenho dúvida de que haverá interesse porque são as últimas [usinas]. Depois delas, o mapa fica quase completo.

Se houver um candidato considerado extremista pelo mercado naldiderança, poderá prejudicar a transação?

Você me responda: e se não fizer? Você vende usina a usina. Se vender uma a uma, o que ocorre com a Eletrobras? Perde 14 usinas, quase 1/4 da nossa capacidade e fica com todos os custos e os problemas, os financiamentos, as discussões judiciais... [A Eletrobras] aguenta? Duvido.

E a dificuldade política?

Entendo que os grupos de interesses estejam articulados, faz parte da democracia. O sindicato deve ter os deputados que se alinham com as posições dele. Deputados ou governadores que entendem que têm direito extrapatrimonial na companhia, se não tem não na companhia. Entendo que é uma empresa importante em algumas regiões e que queiram ter posição diferente.

Mas e os 200 milhões de brasileiros que teoricamente são donos da companhia? Que no ano passado viram que o Estado teve de aportar R\$ 3 bilhões na companhia para ela não quebrasse? Que saíram da conta de saúde, educação. Poderiam estar lá, e não conosco.

governo tem 60% da companhia, que não paga dividendo e nenhum centavo de imposto.

A AES Tietê, a Tractebel, fazem a mesma coisa, têm lucro, pagam dividendo aos acionistas, e Imposto de Renda para o governo. A Oi entrou em recuperação judicial com 6,2 vezes o Ebitda. Estávamos em 9 vezes, reduzi para 4,1 no último trimestre.

A venda de seis distribuidoras nas regiões Norte e Nordeste vai ficar para depois de abril?

Não, saem em abril. A Eletrobras vai ter de assumir o patrimônio líquido negativo delas para cada uma das seis valer R\$ 50 mil. O investidor que se comprometer a cobrar menos levará. No dia, o vencedor terá de depositar 30% do investimento a ser feito em cinco anos.

Chesf e Fumas ficarão de fora?

Nada fica de fora. A empresa que faz sentido existir é uma holding com suas quatro principais operações: Chesf, Eletronorte, Eletrosul e Furnas. É a sinergia da holding e o tamanho dela que fazem sentido. Já vamos ter de tirar Eletronuclear e Itaipu.

O projeto será muito importante. Algo que não se vê: o rio São Francisco nos últimos 20 anos perdeu muita água. Só se consegue recuperá-lo se investir entre R\$ 300 milhões e R\$ 500 milhões ao ano.

O governo esperará a decisão do STF sobre valores com que geradoras arcam ao não entregar a energia contratada?

Não sei de onde veio essa notícia, e nenhum ministro sabe. Mesmo se o governo quisesse aguardar a decisão do STF, o preço da privatização não mudaria.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Demora na escolha de diretor para a Aneel preocupa setor

Participantes do mercado de energia elétrica têm dado sinais de preocupação com a demora do governo em indicar nomes para a diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Caso a Casa Civil não envie indicações para a avaliação do Senado até dia 23, quando tem início o recesso parlamentar, a autarquia ficará com o quórum mínimo de três diretores até fevereiro, em um período de relevantes discussões no setor, como a repactuação do risco hidrológico, que pode solucionar um imbróglio bilionário, além da privatização do controle da Eletrobras e da elaboração da reforma do marco regulatório do setor.

Composta por cinco membros, a diretoria da Aneel está com uma cadeira vaga desde outubro, quando terminou o mandato de José Jurhosa Junior. Em janeiro, outro diretor, Reive Barros, também deixa a agência. "Há um senso de urgência. É importante evitar vacância na diretoria da Aneel. Já é tempo para que haja definições", afirmou o presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales.

O advogado Gustavo de Marchi, especialista do setor elétrico do escritório Décio Freire & Associados, diz que o mercado está preocupado com um cenário de indefinição na diretoria da agência. "A agenda regulatória para 2018 está bastante extensa."

No curto prazo, o maior problema é a repactuação do risco hidrológico. Os impactos dos déficits de geração das hidrelétricas, medido pelo fator de ajuste da garantia física (GSF, na sigla em inglês), podem chegar a R\$ 40 bilhões este ano. A Aneel participa das discussões de uma solução para a questão, que deve ser encaminhada por meio de medida provisória.

Em seguida, os dois principais temas do setor são a privatização do controle da Eletrobras, cujo projeto de lei deve ser apresentado ao Congresso ainda este ano, de acordo com o desejo do governo, e a reforma do arcabouço regulatório do mercado de energia, fruto da consulta pública realizada pelo **Ministério de Minas e Energia** com o mercado, em agosto. A reforma também deverá ser levada ao Congresso por projeto de lei e terá uma série de itens a serem regulamentados pela Aneel.

Segundo Sales, do Acende Brasil, o ideal é que os novos diretores tenham um currículo que contemple três pontos relevantes: formação acadêmica robusta, experiência profissional no setor elétrico, com passagem por empresas privadas e maturidade para tomar decisões relevantes, analisando seus impactos para a cadeia do mercado de energia elétrica.

"A Aneel hoje não tem um diretor que tenha passado pela iniciativa privada, quando o governo leva em consideração que a infraestrutura do país demanda cada vez mais investimentos privados", completou o especialista.

Conforme antecipado pelo **Valor** no fim de novembro, dois nomes despontam na corrida pela vaga aberta na diretoria em outubro: Rodrigo Limp Nascimento, consultor legislativo da Câmara dos Deputados, e Sandoval Feitosa Neto, superintendente de fiscalização dos serviços de eletricidade da autarquia. Os nomes dos dois já foram apresentados por políticos ao Ministério de Minas e Energia.

O Valor **apurou** que o mercado se articula para emplacar um nome de terceira via na disputa pela vaga. Representantes de diversos segmentos convergiram para a indicação de Marco Delgado, diretor da Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica (Abradee). Mas pesa contra o executivo a falta de apoio político.

Por esse motivo, um grupo de representantes do mercado tem realizado encontros com senadores para apresentar o nome de Delgado e evidenciar a necessidade de ter um diretor com experiência na iniciativa privada. Segundo uma fonte com conhecimento do assunto, o apelo do mercado e a sugestão do nome do diretor da Abradee têm sido bem recebidos pelos parlamentares.

A proposta do grupo é que o governo apresente uma lista de três nomes ao Congresso (Limp, Sandoval e Delgado) para obter uma aprovação prévia. Assim, dois assumirão no início de 2018 e o terceiro poderá ocupar uma vaga em agosto, quando termina os mandatos dos diretores André Nóbrega e Tiago Correia e o mandato do diretor-geral, Romeu Rufino.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Opinião

Autor: Arminio Fraga e Marcos Barbosa Pinto

Título: Volta ao passado ou passo para o futuro?

Em uma iniciativa surpreendente, o governo federal decidiu captar recursos junto ao mercado para duas estatais: a Eletrobras e a BR Distribuidora. Embora semelhantes à primeira vista, as ofertas de ações dessas duas companhias são

radicalmente distintas. Enquanto o modelo de capitalização da Eletrobras é inovador, capaz de criar um novo paradigma para as privatizações no Brasil, a venda de ações da BR Distribuidora é uma simples volta ao passado.

Não custa lembrar que a BR Distribuidora já teve suas ações listadas na bolsa, num modelo praticamente idêntico ao que está sendo adotado agora: negociação de parte das ações no mercado, com manutenção do controle pela Petrobras. E a história acabou mal. Depois de vários conflitos entre Petrobras e acionistas minoritários, os quais exigiram intervenção da CVM, a Petrobras optou por fechar o capital da companhia.

Sociedades estatais de economia mista, como a que o governo pretende criar com a oferta da BR Distribuidora, são entes paradoxais, pois conseguem conjugar desvantagens do setor privado e do setor público. De um lado, o Estado tem uma vantagem sobre o setor privado para levantar recursos, pois pode emitir dívida a um custo relativamente mais baixo. Por outro lado, as empresas controladas pelo Estado são muito menos eficientes e, com frequência, mais corruptas.

Inexplicavelmente, sociedades de economia mista captam capital privado, que é mais caro, e o colocam sob gestão do setor público, que é menos eficiente. É isso o que está sendo feito com a BR Distribuidora agora: o governo está lançando uma oferta pública, que será subscrita pelo mercado com um significativo desconto, enquanto o controle da companhia continuará pertencendo à União, com todos os problemas que isso acarreta.

Sem prejuízo de tudo mais que vem fazendo a brilhante gestão atual, a Petrobras deveria ter seguido o modelo proposto pelo governo para a Eletrobras. Conforme anunciado, a Eletrobras pretende realizar uma oferta primária de ações, na qual a União não venderá sua participação, mas a verá ser significativamente diluída, a ponto de deixar de ser controladora da empresa. A interferência do Estado sobre a companhia será ainda evitada por meio de uma regra estatutária que limitará o direito de voto de qualquer acionista, incluindo a União, a 10% do capital.

Após a oferta, portanto, a Eletrobras deixará de ser uma empresa estatal, passando a ser controlada por acionistas privados dispersos no mercado. Sua gestão deixará de sofrer com as amarras e vicissitudes estatais, sendo capaz de gerar enorme valor para os acionistas. Aí reside, aliás, um dos aspectos mais interessantes do modelo. Já que a União não venderá suas ações, ela poderá se beneficiar dos ganhos que a gestão privada mais eficiente trará para todos os acionistas.

Há a chance única de transformar Eletrobras em uma companhia melhor e criar uma forma inclusiva de privatização

É claro que precauções devem ser tomadas para que esse modelo seja efetivo na prática. De um lado, é preciso criar mecanismos para assegurar que, de fato, a gestão da companhia passe para mãos privadas. As mudanças necessárias na gestão não serão feitas se o governo continuar gerindo ou influenciando a companhia por meios indiretos, tais como golden shares com poderes excessivos, influência desmedida no conselho e participações societárias detidas por bancos estatais e fundos de pensão.

Por outro lado, é preciso evitar uma das armadilhas comuns às companhias sem controlador definido: a captura da companhia pela administração. Para tanto, existem diversos mecanismos societários apropriados, como permitir que a limitação de direito de voto a 10% do capital fosse automaticamente eliminada caso um acionista ou grupo acumulasse mais de 50% do capital por meio de uma oferta pública de compra de ações. A simples possibilidade de uma oferta desse tipo já ajudaria a disciplinar a gestão da companhia.

Por fim, o governo federal deveria considerar seriamente a hipótese de dividir a Eletrobrás em várias companhias regionais, antes ou depois de privatizá-la. Essa repartição fomentaria a competição no setor e impediria que uma só companhia privada controlasse uma parcela tão grande da geração de energia do país. Entendemos que uma repartição desse tipo apresenta desafios, mas existem exemplos bem sucedidos nesse sentido.

Note-se que o modelo proposto para a Eletrobras não é uma jabuticaba. Privatizações por meio de ofertas públicas de ações já foram realizadas com enorme sucesso em diversos países. As lições aprendidas nesses países podem inclusive ajudar no processo brasileiro, sobretudo no que tange às formas utilizadas para que trabalhadores e demais cidadãos pudessem participar das ofertas, atenuando assim a resistência que as privatizações sempre enfrentam.

Essa resistência é, na verdade, o grande risco que a Eletrobras enfrenta nesse momento. Infelizmente, a oposição à privatização não vem só daqueles que, de boa fé, acreditam que manter a companhia como estatal é o melhor para o país, ou dos trabalhadores que temem perder seus empregos com a privatização. A resistência mais forte, e mais danosa, vem sobretudo de políticos e alguns funcionários e administradores que, durante anos, serviram-se da companhia para seus próprios fins.

O governo federal precisa seguir firme e enfrentar essas resistências, dialogando com a sociedade e os funcionários, e resistindo aos interesses ilegítimos que pretendem impedir o processo. A janela de oportunidade para executar essa

tarefa é curta, tendo em vista a proximidade das eleições em 2018. Mas seria um pena perdê-la. Temos uma chance única de transformar a Eletrobras numa companhia melhor e, de quebra, criar um forma mais inclusiva de realizar privatizações no país.

Arminio Fraga Neto, sócio da Gávea Investimentos, foi presidente do BC.

Marcos Barbosa Pinto, sócio da Gávea Investimentos, foi diretor da CVM

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia e Rodrigo Polito | De São Paulo e do Rio

Título: Fabricantes apostam na retomada dos leilões

O fim do ano poderá trazer um alento à cadeia de fornecimento de equipamentos para os setores de geração eólica e solar, com a realização de dois importantes leilões de energia nova. Depois de praticamente três anos sem novos projetos, a indústria do segmento de renováveis está confiante em relação à perspectiva de novos negócios, mas teme que a demanda contratada não seja suficiente para abastecer e mitigar a crise enfrentada nos últimos anos, marcados pela capacidade ociosa das fábricas cada vez maior.

O governo realiza, em 18 de dezembro, um leilão do tipo A-4, com entrega de energia prevista para 2021. Nesse caso, os projetos precisarão garantir que há capacidade de escoamento (transmissão) para os projetos. Em 20 de dezembro, será a vez do certame A-6, com entrega para 2023, e sem a exigência da transmissão nesse momento. A expectativa das fontes renováveis está mais voltada para a primeira disputa, enquanto o segundo leilão deve ser protagonizado por grandes projetos de geração termelétrica.

"A indústria realmente está acreditando nesse leilão, acreditando no volume que será contratado, pois já são dois anos sem leilões e oportunidades", disse Jean-Claude Robert, líder da GE Wind para a América Latina. "Precisamos da contratação para dar força à cadeia produtiva", completou.

A indústria vê com otimismo o anúncio de novos leilões com uma certa antecedência, especialmente depois do que acontece no fim de 2016, quando um leilão de energia de reserva (LER) foi cancelado poucos dias antes da data prevista. Agora, além das disputas de dezembro, o governo já aprovou também a realização de um certame do tipo A-4 para 4 de abril de 2018.

O último certame de geração voltado para as fontes renováveis, que aconteceu em 2015, contratou apenas 530 MW médios, sendo 284,8 MW médios em energia solar e outros 246 MW médios em eólicas.

"Isso foi apenas 10% da média que o Brasil vinha contratando em eólicas. Desconsiderando isso, são basicamente três anos sem contratações", disse João Paulo Gualberto da Silva, diretor de novas energias solar e eólica da WEG.

Ainda assim, não há garantias de que haverá demanda suficiente nas disputas marcadas para o fim do mês. Diferentemente do passado, quando os projetos renováveis tinham mercado garantido nos leilões de energia de reserva (LER), no qual o governo determinava a demanda a ser contratada, desta vez serão as distribuidoras que ditarão o volume de energia que será contratada.

"A demanda é uma caixa preta", afirmou David Lobo, diretor comercial da fornecedora de aerogeradores Nordex no Brasil. "Estamos vindo com bandeira vermelha há algum tempo. Os reservatórios, principalmente no Nordeste, estão no seu limite. Mas o A-4 e o A-6 não dependem do governo e sim das distribuidoras", completou o executivo.

Para Lobo, a grande questão do A-4 será a margem de escoamento de energia para os projetos. No caso do A-6, o problema, explicou, é o financiamento. "Se houver um leilão bom, que contrate de 2 GW a 3 GW, não sei se os bancos comerciais terão lastro para financiar toda essa oferta", disse. "Quem vai se sobressair são aqueles players que têm equity, que têm capacidade de levantar recursos no mercado lá fora."

O presidente da Wobben no Brasil, Fernando Real, também aposta que a conexão e a transmissão serão diferenciais que vão permitir que alguns projetos saiam na frente no A-4. "Nossas projeções mostram que será um certame muito competitivo e disputado."

Para Real, a demanda não deve ser suficiente para resolver a crise dos fabricantes. "Mas o importante foi a volta do regime de contratação via leilões", disse.

A competição deve ser grande tanto do lado dos fabricantes, colocando pressão sobre os preços dos equipamentos, quanto dos projetos inscritos, o que favorece a modicidade tarifária.

A ausência de leilões por um período prolongado acabou deixando a cadeia de fornecimento de equipamentos do setor de renováveis em uma situação complicada, com grande capacidade ociosa. Isso, combinado à grande competição prevista para os leilões deste ano, tem pressionado os preços dos equipamentos.

Para Robert, da GE, o leilão será "para os compradores", com muita competição entre os fornecedores. A companhia já está negociando com os geradores, mas ainda não tem contratos fechados.

"Acreditamos que os preços serão apertados, mas a WEG tomou a decisão de não fazer 'loucuras' nesse sentido. Não vamos vender com margens muito baixas ou abaixo do nosso custo", disse Gualberto.

Essa competição pelas máquinas deve ajudar a baixar o preço da energia, segundo Gualberto. No caso do A-6, o preço máximo para produtos de energia eólica será de R\$ 276 por megawatt-hora (MWh). O A-4 terá preço teto de R\$ 276/MWh para eólicas e de R\$ 329/MWh para a fonte solar.

"Num momento em que o preço das máquinas está depreciado, acho razoável que o preço da energia eólica fique abaixo de R\$ 200 o MWh, mas seria um risco muito grande. Abaixo de R\$ 220 o MWh, serão projetos de baixíssimo retorno", afirmou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

CSN pode manter UPV

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) obteve autorização ambiental para manter, em caráter provisório, a plena operação da Usina Presidente Vargas (UPV), sua principal unidade, localizada em Volta Redonda (RJ). A autorização tem validade de 180 dias, durante os quais a CSN buscará solução consensual definitiva quanto às questões ambientais da UPV junto aos órgãos competentes do Estado. A companhia enfrenta problemas com as autoridades do Rio de Janeiro por conta da usina desde 2008 e mantém a licença da unidade graças a sucessivos termos de ajustamento de conduta (TACs). A empresa se compromete a realizar os investimentos exigidos pelo Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro (Inea) para reduzir a emissão de poluentes no ar e o despejo de resíduos no rio Paraíba do Sul.

Hydro e Arconic

A Arconic, cisão da Alcoa Alumínio que assumiu a divisão de produtos transformados de alumínio, está saindo do segmento de produtos extrudados (perfis) no Brasil. A companhia firmou acordo de venda de suas unidades de extrusão no país para a Hydro Soluções em Extrudados, ligada ao grupo

norueguês Hydro. "Nós acreditamos no modelo de negócios integrado, e o Brasil é o país onde a cadeia de valor da Hydro está presente", diz o presidente, Svein Richard Brandtzæg, em comunicado, na sexta-feira. O grupo está presente em operações que vão da bauxita e alumina, produção de metal primário a soluções em extrudados. "Isso fortalecerá nossa capacidade de atender nossos clientes", afirma Brandtzæg. As duas fábricas de extrusão da Arconic, localizadas em Utinga (SP) e Tubarão (SC) têm mais de 600 empregados, uma fundição e sete prensas. A transação, conforme a Hydro, está alinhada à sua estratégia de crescimento seletivo na área de negócios de extrudados e levará o grupo a uma posição mais forte no mercado brasileiro. Com a aquisição de Utinga e Tubarão, a Hydro se tornará líder no mercado nacional de extrusão. O preço inclui pagamento em dinheiro da ordem de US\$ 10 milhões, sujeito a capital de giro e outros ajustes. A conclusão da transação esperada para o primeiro semestre de 2018.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito e Camila Maia | Do Rio e São Paulo

Título: Distribuidora tem semana decisiva no STJ sobre cortes

As distribuidoras de energia terão uma semana crucial, que pode redefinir as condições de suas operações, com potencial impacto nas receitas. As empresas esperam reverter placar desfavorável no julgamento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre as regras para o corte de fornecimento de energia, por inadimplência do consumidor, mecanismo mais eficaz de recuperação de receita das distribuidoras. Até o momento, o tribunal está decidindo pela proibição de interrupção do serviço em situações em que os clientes forem flagrados praticando furto ou fraude no consumo, irregularidades que geram prejuízos anuais de R\$ 6 bilhões a R\$ 8 bilhões para o setor. As distribuidoras, porém, contam com a possibilidade de revisão de votos de alguns ministros da casa.

Segundo norma da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a distribuidora pode cortar o fornecimento a consumidores com até 90 dias de inadimplência em relação à emissão da fatura. Após esse período, fica caracterizado o "débito pretérito", em que a companhia só pode cobrar por vias ordinárias, sem direito ao corte.

O problema está nos casos em que a distribuidora flagra o furto ou a fraude ocorrido anteriormente e faz, em seguida, a cobrança formal ao cliente. Por cinco votos a zero, os ministros do STJ entendem que a distribuidora não pode cortar o fornecimento desse consumidor, pois o ato de inadimplência teria ocorrido há mais de 90 dias.

"Dependendo da decisão que o STJ tomar, pode criar uma complicação muito grande para os distribuidores e os demais consumidores de energia elétrica", afirmou o presidente da Associação Brasileira dos Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), Nelson Leite. "O sinal que ele [STJ] está passando para as pessoas é que é preferível você ser fraudador do que você ser inadimplente", completou ele.

Para a entidade, o prazo em que é permitido interromper o fornecimento para estimular o cliente a quitar sua dívida deve ser contado a partir da emissão da fatura, após identificado o furto ou a fraude, e não a partir da data do consumo irregular. Segundo uma norma da Aneel, nos casos em que forem identificadas irregularidades no consumo, dependendo da situação, o corte é permitido em até 36 meses da emissão da cobrança.

No STJ, outro ponto desfavorável às distribuidoras foi a decisão do ministro-relator do processo, Herman Benjamin, de que o prazo máximo para a efetuação do corte seja de 30 dias, a partir da inadimplência. Para as empresas, porém, o prazo é inviável, pois o aviso de corte só pode ser feito no mês seguinte aquele em que foi caracterizada a inadimplência.

Apesar da perspectiva preocupante para as distribuidoras, há uma expectativa de que o quadro ainda possa ser revertido no STJ.

"Embora o ministro-relator tenha sinalizado um voto contrário ao corte de fornecimento, no caso de fraude, e restringido o corte de fornecimento, no caso de inadimplência, temos uma boa expectativa de que os outros ministros tenham compreendido a relevância dessa matéria e a importância para o combate a fraude", afirmou o advogado Vitor Alves de Brito, do escritório Sérgio Bermudes, que representa a Abradee no caso.

Reportagem publicada pelo **Valor** na última semana, sobre levantamento inédito feito pela consultoria americana A.T. Kearney, indicou que as perdas de energia por furtos ou fraude, conhecidos como "gatos", custaram aos consumidores cerca de R\$ 3,6 bilhões. Considerando ainda as perdas totais de energia, que incluem perdas técnicas, o valor totaliza R\$ 8,7 bilhões.

"Na verdade, para proteger os próprios consumidores, temos que incentivar o corte do fornecimento, para inibir a inadimplência e o furto", completou Brito.

O presidente da Abradee disse ser importante ficar claro que o impedimento do corte para fraudadores indica um custo maior para os consumidores regulares.

"Sobre questão de judiciário é difícil fazer uma previsão [sobre a decisão], mas o importante é que tem que estar muito claro para a população que a sociedade toda vai pagar a conta disso", afirmou.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito e Camila Maia | Do Rio e São Paulo****Título: Geradores esperam alta competitividade nos dois certames**

Os leilões de energia do fim do mês devem ser marcados por grande competitividade do lado dos geradores, que buscam garantir bons contratos de longo prazo, depois de um longo período sem novas disputas. Companhias de grande porte e com experiência na área como Enel, Engie, EDF Energies Nouvelles, Casa dos Ventos e AES Tietê já declaram que têm interesse em vender projetos nos leilões.

A Empresa de Pesquisa Energética (EPE) cadastrou 47,965 gigawatts (GW) de potência para o A-4 que acontecerá em 18 de dezembro sendo 26,6 GW da fonte eólica e 18,3 GW da fonte solar. Já o A-6, de 20 de dezembro, teve 53,4 GW cadastrados, sendo 26,6 GW da fonte eólica.

A Engie Brasil Energia (antiga Tractebel) inscreveu projetos eólicos e solares, mas ainda está avaliando a competitividade de seus projetos inscritos para os leilões. Segundo o presidente da companhia, Eduardo Sattamini, o retorno dos leilões é visto como positivo, especialmente levando em conta a recessão econômica pela qual o país está passando. "Entendemos como um sinal positivo ao mercado para a retomada do crescimento", completou.

Aproveitando esse momento, a Casa dos Ventos inscreveu 6,2 GW de potência para os dois leilões, todos da fonte eólica. "Na maior parte dos projetos, queremos entrar como desenvolvedores, celebrando parcerias com as empresas que vão participar do leilão. Estudamos também entrar com um projeto nosso para cada leilão", disse Lucas Araripe, diretor de Novos Negócios da companhia. Os projetos que já tiverem conexão para escoamento devem ficar para o leilão A-4, enquanto os que ainda não têm infraestrutura para transmissão ficarão para o certame A-6.

Braço da gigante energética francesa Électricité de France (EDF) em investimentos em energias renováveis, a EDF Energies Nouvelles (EDF EN) é outra que estuda participar de ambos os leilões. "Queremos crescer nossa participação em energia solar fotovoltaica e eólica. Temos muito projetos no pipeline", disse Bruno Fyot, diretor global de operações da companhia, em passagem pelo Brasil no início de novembro. Entre os projetos registrados pela empresa para os leilões, estão 280 MW relativos ao complexo eólico de Ventos da Bahia, onde a empresa já possui uma eólica em operação, de 66 MW, e outra em construção, de 117 MW.

Segundo Fyot, o Brasil é um país estratégico para a EDF EN. Embora no passado a empresa tenha feito aquisições nos complexos de Ventos da Bahia e Pirapora, o objetivo principal da companhia agora é crescer por meio dos leilões. "Não temos nenhum outro plano de adquirir companhias no Brasil", destacou o executivo.

A italiana Enel ainda não decidiu sua participação, pois trata-se de uma decisão que deve ser tomada pelo conselho de administração da companhia às vésperas do leilão. "Mas podemos dizer que temos uma carteira de projetos eólicos e solares que achamos que podem ser competitivos", disse Carlo Zorzoli, presidente da companhia no Brasil.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Oferta pela Energisa MT

O conselho de administração da Energisa aprovou a realização de oferta pública voluntária de aquisição (OPA) de até a totalidade das ações ordinárias e preferenciais em circulação de sua controlada indireta Energisa Mato Grosso (EMT). A companhia oferece R\$ 8,6 por ação ordinária e preferencial - atualmente, os papéis ON da EMT são cotados a R\$ 18, enquanto as PNs valem R\$ 8,51. A aquisição implicará em desembolso máximo de R\$ 611,5 milhões pela Energisa. A companhia poderá utilizar caixa próprio ou estrutura operação junto a instituições financeiras para realizar o pagamento e estima que o leilão será realizado na B3 em 16 de janeiro. A Energisa detém, direta ou indiretamente, 77,31% das ONs e 60,96% das PNs da Energisa Mato Grosso. Com a oferta, a companhia pretende adquirir até 22,69% das ONs e até 39,04% das PNs.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: João José Oliveira | São Paulo

Título: Empresas voltam a gastar com cartão-combustível

As três maiores operadoras de cartão-combustível e gerenciamento de despesas de frotas corporativas que atuam no país - a Ticket Log, da francesa Edenred, a Wizeo, da também francesa Sodexo, e a CTF, da americana FleetCor - , projetam aumento de vendas em 2018, após retração do mercado em 2016 e estabilidade em 2017.

A maior parte dessa retomada virá do aumento da base de clientes, com a adesão de mais empresas a esse tipo de serviço - a utilização de cartões-combustível e programas para gestão de outras despesas de frotas. Hoje, essa modalidade é usada para pagar em torno de 20% dos cerca de 60 bilhões de litros de combustível que abastecem anualmente os veículos corporativos no Brasil. Para os executivos do setor, essa taxa deve subir para 25% este ano e 30% em 2018.

"A crise levou as empresas a cortarem custos e isso afetou a utilização da frota. Este ano, por exemplo, o volume [de combustíveis] ainda está em queda, com uma baixa de 2,8% em relação ao ano passado. Um de nossos clientes, por exemplo, que tinha 1,3 mil caminhões, reduziu a frota para mil", conta o diretor geral da Ticket Log, Gustavo Chicarino, que responde pela operação da líder do setor no país, com cerca de 70% de participação de mercado.

Mas, diz Chicarino, essa crise também atraiu "clientes virgens" - empresas que gerenciavam elas próprias as despesas de combustíveis e de manutenção, mas aderiram aos cartões da Ticket Log. "O nosso crescimento tem sido mais por 'clientes virgens' do que pela atração de carteiras de concorrentes", disse.

O grupo Edenred fatura € 1,1 bilhão por ano, sendo cerca de € 350 milhões no Brasil - onde comprou em janeiro do ano passado, por R\$ 790 milhões, a Embratex, dona das marcas Ecofrotas e Expers de cartões de abastecimento de combustível e de manutenção de veículos. Com o negócio, passou a 27 mil clientes corporativos, que representam um universo de um 1,3 milhão de cartões e uma rede de postos de gasolina e oficinas de manutenção de 36 mil fornecedores.

A concorrente Sodexo, que divide com a Edenred o mercado brasileiro de cartões de benefícios, como vale-refeição, decidiu que precisa ganhar escala no segmento de cartões-combustível no país. Como parte do plano, a companhia passa a usar esta semana a marca Wizeo nos cartões-combustível. "Queremos dobrar nossa base de clientes até 2020", disse o diretor executivo de gestão de frotas da Sodexo Benefícios e Incentivos, Rodrigo Somogyi, que responde hoje por uma área que atende 500 clientes corporativos, 13 mil cartões ativos e uma rede de 6 mil fornecedores.

A Sodexo vai buscar crescer sobre a base de clientes que já possui no país - 95 mil empresas que contratam os serviços de alimentação ou usam um dos cartões ou sistemas de benefícios a funcionários da companhia francesa. "Vamos usar nossa base de clientes corporativos para fazer 'cross sell' além de também buscar clientes que não usam esse tipo de serviço", afirmou Somogyi.

Ele diz que essas plataformas de pagamento negociam melhores condições de preços e prazos com os postos de gasolina, oferecem serviços de telemetria e outras ferramentas que ajudam as empresas usuárias de cartões-combustível a economizarem.

Mas antes de começar a enxergar a Edenred e a Ticket Log no horizonte, a Wizeo da Sodexo terá que se aproximar da vice-líder do mercado, a CTF Technologies, comprada em 2012 pelo grupo americano FleetCor - o maior do mundo nesse negócio, com meio milhão de clientes em 43 países -, dono no Brasil também da CCR e da Sem Parar.

A diretora comercial da companhia, Vanessa Viel, disse que a demanda no país voltou a crescer pelos serviços de cartões-combustível e gestão de despesas de frotas, como reflexo da retomada da atividade econômica. "Vemos a reação de consumo, especialmente em alguns segmentos de atividade econômicas, como transportadoras e varejo", disse a executiva da empresa que responde por aproximadamente 10% desse mercado.

Segundo Vel, este ano a companhia tem crescido a um ritmo da ordem de 13% sobre 2016 em volume de combustível consumido. "Projetamos que essa tendência vá ser reforçada em 2018, com dois vetores, o de clientes novos, que ainda não usam nenhuma das ferramentas, e também a atração de clientes de concorrentes", afirmou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor: Carolina Mandl, Adriana Cotias e Camila Maia | De São Paulo

Título: Com BR, semana pode ter maior IPO desde 2013

A semana começa com a promessa de emplacar a maior oferta inicial de ações do mercado brasileiro desde 2013. Na quarta-feira, a BR Distribuidora deve concluir seu IPO, que pode girar até R\$ 7,5 bilhões no cenário mais otimista, com venda de todos os lotes pelo teto da faixa indicativa de preço por ação. Até agora, a leitura do mercado é que a demanda está garantida, pelo menos no piso - o que movimentaria na pior da hipóteses R\$ 4,4 bilhões.

Burger King e Neoenergia também esperam fechar suas operações nesta semana (amanhã e quinta-feira, respectivamente), mas no caso da elétrica cresceu o risco de o IPO ser suspenso, em função da resistência do investidor em colocar ordens. O Burger King já teria obtido demanda suficiente. Juntas, pelo piso indicativo, as empresas podem girar R\$ 4 bilhões. Além das estreias, está prevista a oferta subsequente de cerca de R\$ 942 milhões da Sanepar.

A demanda pelos papéis da BR até a última sexta-feira, segundo o **Valor** apurou, havia superado em 85% a oferta. Segundo um gestor de recursos que estuda participar do IPO, cerca de 70% das intenções vinham de gestoras de fundos de ações estrangeiros, ou seja, um investidor de qualidade, com um perfil de longo prazo.

De acordo com o interlocutor, faltava medir a procura dos institucionais locais que costumam se posicionar apenas no dia do fechamento do preço - o que aumenta a chance de a oferta sair a um preço acima do piso do intervalo. "É um papel que se encaixa bem no perfil dos fundos de pensão, a tendência é que eles participem", afirma.

Para esse gestor, o ativo desperta interesse, porém, mais perto do piso da faixa indicativa, a R\$ 14 - o intervalo vai de R\$ 15 a R\$ 19. "Analisamos a oportunidade. De um lado, depende do preço; do outro, de quanto a companhia pode melhorar seus índices de eficiência e retorno."

Enquanto gestores locais barganham descontos, investidores estrangeiros têm mostrado receptividade desde a largada do processo, colocando pedidos de reserva, segundo o **Valor** apurou. Até porque a BR chega à bolsa com um desconto que varia de 26% a 40% ante os múltiplos de negociação de uma de suas principais concorrentes, a Ultrapar, dona da rede Ipiranga.

Mesmo sem ordens de compra, a Neoenergia prefere esperar a conclusão do bilionário IPO da BR para tomar uma decisão. A avaliação interna é que, após o evento, na quarta, os investidores voltarão as atenções para a companhia de energia, o que garantiria a oferta.

Os sócios Banco do Brasil e Previ resistem em reduzir o preço das ações, cuja definição ocorre na quinta-feira. No caso do BB, a margem para mudança é pequena. Pela faixa indicativa, de R\$ 15,02 a R\$ 18,52, a posição do banco na Neoenergia vale de R\$ 1,4 bilhão e R\$ 1,73 bilhão. No balanço do banco, o investimento na companhia está avaliado a R\$ 1,17 bilhão. Para registrar lucro, o BB precisa vender os papéis a um preço superior a isso.

MME / ASCOM .